

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 12ª Reunião Ordinária - 19/05/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
CATI	Henrique Bellinaso (T)
DAE S/A Jundiaí	Maria Carolina H. D. Simões (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SMA / CBRN	Natália Gomes F. Branco (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zampronio (S)
AFOCAPI / COPLACANA SR Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CETESB	Denise Dedini (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CETESB	Maurício Magossi (S)
CIESP - SBO	Jerry Willians de Moraes (S)
Cooperativa de HOLAMBRA	Fernando Ruiter (S)
FJPO – Mata Santa Genebra	Laís Santos de Assis (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Kátia R. Gotardi Piccin Leonardo L. Baumgratz

PM de Limeira	Meire Menezes Bassan Raquel Schmidt
SMA / CBRN	Bruna L. G. Campagna
SANASA	Amanda Alves Lima

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Convocação (ATA, pauta e anexos): A pauta e os respectivos anexos da reunião, além das duas atas anteriores (10ª e 11ª) foram enviados previamente aos membros do GT-Mananciais através de mensagem eletrônica para leitura, correções e sugestões. **2. Abertura da reunião (Item 1 da pauta):** O coordenador Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro) abriu a reunião às 9:35 h lembrando e comemorando o fato de estarmos completando um ano de atividades com essa 12ª reunião ordinária do GT-Mananciais. Pede para que todos rapidamente se apresentassem e em seguida comentou que participou de evento na FUNDAG em Campinas para formação de um grupo técnico para levantamento de informações que auxiliem os produtores rurais que se utilizam da irrigação em suas atividades rurais e que haverá recursos financeiros para aquisição de novos equipamentos de irrigação mais eficientes e que reduzam a quantidade de água necessária, principalmente gotejamento. Agradeceu o grande esforço que a Agência PCJ tem feito em prol dos produtores rurais. **3. Item 2 da pauta - Leitura e aprovação das atas anteriores (10ª e 11ª) e Informes Gerais:** Após discussão e apresentação de sugestões feitas pelo Sr. Leonardo (Agência PCJ) e pela Dra. Luiza (PUCC) as duas atas foram aprovadas. No item informes o secretário fez uma rápida análise da carta resposta feita pela Agência PCJ em relação ao Procedimento Administrativo de Acompanhamento PAA nº 01/2017 do GAEMA Piracicaba, salientando que as inúmeras atividades e esforço dos envolvidos foram evidenciados, incluindo a revisão do Plano de Bacias (Caderno para a área Florestal), criação e utilização do Banco de Áreas e Banco de Projetos (V2 da Plataforma do LUISA), criação da Política e sua primeira revisão já deliberada e aprovada pelos Comitês, a execução da Revisão do Plano Florestal (TR-Florestal licitado e em início de suas atividades), os recursos disponíveis para investimentos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 12ª Reunião Ordinária - 19/05/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

quantificados e o convite oportuno para que a Associação AMAPIRA comece a participar das atividades dos Comitês e das Câmaras Técnicas para melhor entendimento e acompanhamento das ações que vem sendo executadas. O Prof. Dirceu salientou a importância do MP nas discussões e a necessidade de uma boa interlocução com os Comitês PCJ, tecendo elogios a postura do ministério público. A Sra. Maria Carolina (DAE Jundiá) disse que é fundamental que haja uma melhoria na comunicação com o MP. Sugeriu-se que se obtenha vistas no processo para avaliação de todas as demais respostas enviadas ao MP sobre o assunto. O Dr. Demarchi salientou que algumas questões técnicas apresentadas no documento da AMAPIRA podem ser discutidas no âmbito da CT-RN, especialmente dos corredores ecológicos propostos para as margens das rodovias. O GT de áreas remanescentes poderia ser incumbido desse detalhamento e a geração de uma resposta à Associação e ao GAEMA. O Dr. Henrique (CATI), coordenador adjunto do GT comentou que solicitou à Agência PCJ e está elaborando uma lista de projetos de restauração florestal contemplados com recursos, atualizando-se a situação destes projetos e uma divulgação do que já foi feito nos municípios. Tudo o que existe está sendo levantado, inclusive Microbacias I (qual a situação atual dos projetos de reflorestamento?). A planilha Excel elaborada será posteriormente encaminhada para a CT-RN. Essa é uma atividade vinculada a suas atividades na CATI mas que serão muito úteis para os Comitês PCJ. Reiterou interesse do Secretário Arnaldo Jardim em aproximar a CATI/SAA dos Comitês PCJ, especialmente após os eventos de Holambra. Todos esses projetos serão futuramente colocados na plataforma do Luisa com a identificação geográfica que ainda precisa ser anotada, já que muitos projetos antigos não têm esse georreferenciamento. A Agência está providenciando esse levantamento, conforme informado pela Sra. Kátia. Aproveitou também para novamente comentar que no futuro será importante pensarmos num quinto programa para a Política que tenha como foco o monitoramento dos projetos da política em andamento, que usaram ou estão usando recursos públicos. Ainda dentro dos informes a Sra. Natália (SMA/CBRN)

comentou sobre a importância de validação dos CAR's das propriedades envolvidas na elaboração dos PIP's. No dia 30 de maio às 19:30 h ocorrerá a entrega oficial dos PIP's de Holambra aos produtores rurais e uma avaliação dos reflorestamentos executados e os que ainda serão realizados (Programa Nascentes). A Sra. Silvia Weel está a frente destas atividades e que toda a abordagem está sendo feita via UGP (Unidade de Gerenciamento de Projeto), o que é muito importante para o sucesso do projeto e uma boa reação dos produtores. Ficou decidido que a SMA iniciará essa validação dos CAR's por Analândia em função do reduzido número de propriedades envolvidas (16 - dezesseis). O Sr. João Baraldi aproveitou para comentar sobre a visita da CT-Rural ao projeto de Holambra e a constatação dos muitos investimentos realizados nas propriedades como terraceamentos e bacias de contenção, e que é preciso que o produtor valorize esse esforço, servindo de modelo para outros municípios e bacias. **4. Item 3 da pauta – Procedimentos Metodológicos referentes ao Programa II da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais:** Após a leitura das sugestões propostas pela Agência PCJ, o item foi preliminarmente discutido sobre a sua complexidade e da necessidade de formação de subgrupos para aprofundamento e discussões para então trazer a discussão para o plenário do GT-Mananciais. Foram sugestões da Agência PCJ: (a) Com relação ao PRÉ PSA – sugeriu-se o não financiamento da elaboração do arcabouço legal e sim de estudos e consultorias (para fins de melhorias no processo de implantação do PSA, observando os pré-requisitos já discutidos por este grupo em diversas ocasiões e ou reuniões, como por ex. a realização em uma sub-bacia, com PIPs elaborados...), desde que os proponentes possuam o referido arcabouço legal constituído de: Lei Municipal do projeto/programa de PSA, Decreto regulamentador da respectiva lei e Lei de criação de fundo municipal de meio ambiente (atrelando a este o conselho coordenador...); UGP e PIP's prontos são condição básica para solicitação de recursos ao Programa II, bem como toda a legislação municipal aprovada (arcabouço jurídico propício para viabilizar os projetos de PSA; (b) Sobre o Pró PSA – destacou-se o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 12ª Reunião Ordinária - 19/05/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

apoio às ações relacionadas as obras e os serviços que correlacionam, de forma direta ou indireta, com as ações de PSA, como por exemplo algumas intervenções estruturais em viveiros de mudas que estão comprovadamente atrelados com a execução do projeto ou programa de PSA, pequenos serviços de cerceamento, etc., desde que devidamente comprovadas as necessidades e a relação com o PSA local, etc.; (c) Quanto ao PSA pagamento – independente da metodologia estabelecida pelo proponente que vier buscar os recursos financeiros para essa etapa do PSA (porém, após uma análise de viabilidade pelo GT), sugeriu-se a definição de montante financeiro mínimo e máximo para ser empregado nessa modalidade de forma que seja proporcionado o início (“start”) do pagamento aos proprietários, por período máximo de 2 (dois) anos, desde que seja apresentado no ato do requerimento do recurso, o Plano de Sustentabilidade Financeira do Programa do Projeto, que o proponente deverá colocar em prática durante o período desse apoio para que, quando ao término dos 2 anos, o mesmo tenha junto ao fundo municipal de meio ambiente recursos suficientes para, no mínimo, mais dois anos de trabalho e pagamentos aos proprietários participantes. As sugestões foram acatadas para início das discussões, entendendo-se que o Sr. Nelson (Terceira Via) poderá ser muito importante nestas discussões em função da sua experiência no assunto. Concluiu-se que o PSA será mais complexo que os de só restauração, e que provavelmente a maioria dos projetos apresentados deverá ter passado pelo Programa I ou ter as suas premissas atendidas por outras fontes de financiamento. Os pagamentos serão feitos por área total ou área florestada? Essa é uma questão interessante para ser discutida também pelo grupo. O Sr. Nelson disse que acredita que, como justificado pelo secretário para um PIP mais elaborado, os procedimentos a serem apresentados para o PSA também tenham essa premissa de qualidade. Pensar em critérios para o saneamento rural. Todos entendem que será muito importante para o grupo que sejam trazidos *cases* de sucesso para apresentação para os membros do grupo de trabalho e câmaras técnicas CT-RN e CT-Rural. Para continuidade das atividades foram propostos alguns subgrupos. O Sr.

Henrique e o Sr. Leonardo ficaram incumbidos de fazer um levantamento detalhado da legislação vigente nos municípios que possuem projetos de PSA em andamento ou em implantação. O grupo 1 formado pelo Prof. Dirceu (PM de Limeira), Maria Carolina (DAE de Jundiaí), Dr. Rinaldo (IAC), Cláudia Grabher (INEVAT), João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro) e Natália (SMA/CBRN) deverão se aprofundar na discussão dos subprogramas PRÉ-PSA e PRÓ-PSA discutindo entre outros itens a manifestação dos municípios, a formação e o funcionamento da UGP, a existência de arcabouço jurídico que viabilize o projeto (leis, decretos, legislação de modo geral), a execução dos PIP's e a análise da bacia como um todo (manancial atendido), a valoração das ações, a sustentabilidade econômica do projeto (“R\$ 1 real na conta”), a criação de um Manual de Mobilização e Capacitação / Formação de produtores e técnicos envolvidos, viveiros, serviços e obras e a criação da UCE. O Grupo 2 ficou constituído pelos profissionais Sr. Nelson (Terceira Via), Meire Bassan (PM de Limeira), Denis (CATI), Isabela (IAC) e João Demarchi (IZ). O Demarchi será o líder e ou responsável pela organização do grupo 2 e a Maria Carolina pelo grupo 1. O Grupo 2 discutirá o pagamento pelos serviços ambientais, também incluindo a valoração das ações, a sustentabilidade econômica do projeto (“R\$ 1 real na conta”), o tempo de pagamento, os valores se por área total ou reflorestada, pagamento de outras ações, liberação dos recursos para os produtores, usando ou não o COMDEMA, etc. A Sra. Kátia comentou que o projeto de engajamento dos produtores rurais e otimização do funcionamento das UGP's proposto pelo secretário Demarchi (EduÁgua) poderia ser atendido pelo subprograma PRÉ-PSA. A programação para os encontros desses grupos no Instituto de Zootecnia nos próximos meses sempre as 9 h ficou definido para: 01 de junho; 14 de junho, 23 de junho (13ª ordinária), 28 de junho, 12 de julho, 21 de julho (14ª ordinária), 26 de julho, 09 de agosto e 18 de agosto (15ª ordinária em conjunto com a CT-Rural e a CT-RN). Na reunião do dia 23 de junho ficou acordado que haverá a apresentação dos resultados do Projeto de Holambra. O Sr. secretário perguntou sobre a reapresentação do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 12ª Reunião Ordinária - 19/05/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

projeto de São Pedro/Charqueada e a Sra. Kátia disse que o prazo para entrega é o dia 01 de junho. **5. Edital 2018 - Item 4 da pauta:** A sugestão de pauta feita pela Agência PCJ quanto ao Edital para a aplicação de recursos financeiros com objetivo de atender outras sub-bacias por meio da POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS NO ÂMBITO DOS COMITÊS PCJ e de acordo com a revisão do planejamento das atividades da coordenação de gestão da Agência das Bacias PCJ, entende que a REVISÃO DO PLANO DIRETOR FLORESTAL, que se iniciou em 12/05/2017 com previsão de finalização em janeiro de 2018, indicará as áreas prioritárias nas bacias PCJ para fins de restauração florestal, automaticamente para a elaboração dos PLANOS INDIVIDUAIS DE PROPRIEDADES, ou seja, para atendimento de novas sub-bacias por meio de PIPs em 2018 teremos a indicação por meio do PLANO DIRETOR FLORESTAL, para as quais a Agência das Bacias PCJ fará a programação dos trabalhos a serem desenvolvidos ao término da revisão do referido plano. Diante desta análise, consultou-se o GT-MANANCIAIS sobre a possibilidade de ser trabalhado um EDITAL-2018 para destinação de recursos financeiros do PAP PCJ 2017-2020 para o PROGRAMA 2 – PSA. Será necessário a definição dos procedimentos acima citados, de regras para hierarquização dos projetos a serem apresentados, dos documentos a serem apresentados, dentre outros a serem informados na reunião do GT. Esta atividade será trabalhada paralelamente a atualização da política mas ainda depende de informações que serão geradas pelos subgrupos formados para definição dos procedimentos do Programa II. Conforme dito pelo Sr. João Demarchi a previsão original era do Edital-2018 ser direcionado para o Programa I e não para o II. **6. Cronograma de Atividades e produtos a serem entregues pelo GT-Mananciais para o período 2017/2018 - Item 5 de pauta:** Com relação aos prazos para a definição dos assuntos pautados nesta reunião, todas as proposições deverão ser obrigatoriamente serem aprovados primeiramente pelo GT, em seguida pelas CT-Rural e CT-RN envolvidas, para depois encaminhar-se para a

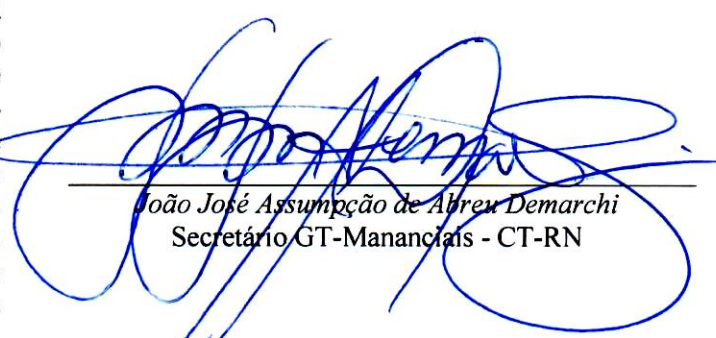
Secretaria Executiva dos Comitês para fins de Aprovação na CT-PL e por fim na plenária dos Comitês PCJ como deliberações dos mesmos. Portanto, o calendário para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos e edital 2018 referente o programa 2 – PSA devem seguir o Calendário proposto conforme anexos 1 e 2. **7. Acompanhamento e controle das atividades do Programa I - Item 6 de pauta:** Conforme apresentado em item anterior, para este item de pauta foi agendado para a reunião do dia 23 de junho a apresentação dos resultados do Projeto de Holambra. **8. Outros Assuntos e Palavra Aberta - Item 7 de pauta:** Nada mais foi apresentando neste item. **9. Encerramento - Item 8 de pauta:** Não havendo mais perguntas ou comentários, o coordenador Sr. João Baraldi agradeceu a presença de todos, encerrando-se a reunião às 12:35 h esperando que todo esse esforço despendido gere muita água limpa para a nossa bacia.

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN



João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN